

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas da
Águas Alta Floresta Ltda.
Alta Floresta - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Águas Alta Floresta Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas Alta Floresta Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 15 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 19 de setembro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC2 SP-013846/O-1- S - MT

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'FERDOS'.

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0- S - MT

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	13	20.601	20.716
Receita de construção		4.255	3.140
Custo dos serviços prestados	14	(10.463)	(10.031)
Custo de construção		(4.255)	(3.140)
Lucro bruto		10.138	10.685
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(3.673)	(2.716)
Outras receitas líquidas		-	14
Lucro antes do resultado financeiro		6.465	7.983
Resultado financeiro líquido	15	1.499	370
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		7.964	8.353
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	16	(1.356)	(1.218)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16	(29)	(156)
Lucro líquido do exercício		6.579	6.979
Lucro líquido por cota	12	0,64	0,68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	<u>6.579</u>	<u>6.979</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>6.579</u></u>	<u><u>6.979</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2023	10.283	4.692	15.817	-	30.792
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.979	6.979
Constituição de reservas	-	1.368	5.611	(6.979)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.283	6.060	21.428	-	37.771
Aumento de capital	167	-	-	-	167
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.579	6.579
Constituição de reservas	-	1.171	5.408	(6.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.450	7.231	26.836	-	44.517

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	7.964	8.353
Ajustes para:		
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(61)	(429)
Depreciação e amortização	3.629	3.277
Baixa de ativo de direito de uso	187	-
Provisão para perdas em causas judiciais	18	(61)
Encargos e variações monetárias, líquidas	(131)	150
	<u>11.606</u>	<u>11.290</u>
Variações em:		
Contas a receber	723	296
Impostos a recuperar	769	266
Outros ativos	(154)	(102)
Fornecedores e outras contas a pagar	437	(59)
Outras obrigações	(11)	82
Obrigações fiscais	(21)	(79)
Partes relacionadas	(1.082)	-
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>12.267</u>	<u>11.694</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.356)	(1.252)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>10.911</u>	<u>10.441</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(9)	(34)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(4.255)	(2.821)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	<u>(4.264)</u>	<u>(2.855)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de mútuos e arrendamentos	(2.661)	(223)
Aumento de capital social	167	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	<u>(2.494)</u>	<u>(223)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.153</u>	<u>7.363</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.199	2.836
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.352	10.199
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.153</u>	<u>7.363</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

A Águas Alta Floresta Ltda. (“Sociedade” ou “Alta Floresta”) é uma sociedade limitada, com sede localizada na Rua C 3, nº 318, Centro, CEP 78.500-000, na cidade de Alta Floresta, Estado do Mato Grosso. A Sociedade é controlada integral da MT Saneamento Ltda. (“MT Saneamento”).

A Empresa tem como objetivo social a manutenção e ampliação dos sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água e o de coleta e tratamento de esgotos sanitários em toda a área do município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso.

A Empresa iniciou suas atividades em novembro de 2002, com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgoto no município de Alta Floresta - MT. O prazo contratual é de 30 anos, com vencimento em 2032.

Em 29 de outubro de 2024, foi concluído o processo de aquisição da totalidade das quotas da MT Saneamento pela Centro Sul Concessões S.A. (“Centro Sul”), empresa controlada pela Norte Saneamento S.A. (“Norte Saneamento”). Anteriormente, a Sociedade era controlada pela Iguá Saneamento S.A. (“Iguá”). Com isso, Alta Floresta passou a ser controlada de forma indireta pela Centro Sul e pela Norte Saneamento.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis e resumo das práticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis estão sendo emitidas após sua aprovação pela Diretoria em 19 de setembro de 2025.

2.2. Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Sociedade declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Sociedade na sua gestão.

Continuidade Operacional

A Sociedade da Sociedade, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Sociedade.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Sociedade da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 5 - Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis);
- Nota Explicativa nº 8 - Intangível (amortização pela vida útil da concessão);
- Nota Explicativa nº 11 - Provisão para contingências (pareceres jurídicos).

3. Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela sociedade como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.3. Ativos financeiros e não financeiros

3.3.1. Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil dos equipamentos. Os prazos de vidas úteis adotados no exercício de 2024 foram os seguintes:

Edificações	25 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores	10 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.5. Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Sociedade reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota Explicativa nº 8).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A amortização da infraestrutura de água e esgoto é realizada pelo prazo do contrato de concessão.

(b) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Sociedade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.7. Arrendamentos

A Sociedade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Sociedade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Sociedade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Sociedade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.8. Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Sociedade estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A sociedade da Sociedade, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Sociedade mantém provisão contábil;
- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Sociedade não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável;
- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Sociedade não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Sociedade reconhece suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos são calculados com base no lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro tributário anual (Lucro Real).

3.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a.1) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da Sociedade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da Sociedade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir os *covenants* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Sociedade exercer seu direito de postergar a liquidação;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Sociedade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Sociedade.

(a.2) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Sociedade.

(a.3) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela sociedade. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Saldos bancários	249	379
Aplicações financeiras (a)	14.103	9.820
Total	<u>14.352</u>	<u>10.199</u>

(a) Aplicações financeiras

	2024	2023
Aplicações financeiras		
Banco Itaú	14.080	9.799
Bando Sicredi	23	21
Total aplicações financeiras	<u>14.103</u>	<u>9.820</u>

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024, são compostas por operação compromissada de renda fixa no Banco Itaú e fundo de investimento exclusivo, no Banco Sicredi sendo, ambas atreladas a percentuais de variação equivalente a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5. Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber	2.775	3.107
Receitas a faturar (a)	993	1.006
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (b)	(1.985)	(2.046)
Outros	127	131
Total	<u>1.910</u>	<u>2.198</u>

(a) Trata-se de serviços prestados e ainda não faturados, correspondentes a última leitura até a data de apresentação das demonstrações contábeis;

(b) As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa.

Movimentação do exercício

	2024	2023
Saldo inicial	(2.046)	(2.475)
Reversão das perdas estimadas	909	429
Provisão	(848)	-
Saldo final	<u>(1.985)</u>	<u>(2.046)</u>

A análise de vencimentos do contas a receber referente a 2024, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Faturas a vencer	57	444
Vencidas		
Até 30 dias	616	599
De 31 a 60 dias	156	143
De 61 a 90 dias	91	43
De 91 a 180 dias	188	185
De 181 a 360 dias	277	-
Acima de 360 dias	1.390	1.693
Total	<u>2.775</u>	<u>3.107</u>

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Mútuos				
Centro Sul	720	-	-	-
Iguá	-	-	-	2.036
	<u>720</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.036</u>
Demais partes relacionadas				
Águas de Colíder	21	52	-	127
MT Saneamento	3	5	85	327
Águas de Canarana	2	-	-	3
Iguá	-	-	-	21
	<u>26</u>	<u>57</u>	<u>85</u>	<u>478</u>
Total	<u>746</u>	<u>57</u>	<u>85</u>	<u>2.514</u>

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos mútuos em 31 de dezembro de 2024, pode ser assim sumarizada:

	Indexador	Vencimento	Saldos em 31/12/2023	Adições	Apropriação de juros	Amortização de principal e juros	Saldos em 31/12/2024
Mútuo ativo							
Centro Sul	CDI + 4%	2025	-	695	25	-	720
			-	695	25	-	720
Mútuo passivo (i)							
Iguá	CDI + 4%	2024	2.036	-	229	(2.265)	-
			2.036	-	229	(2.265)	-

Os contratos de mútuos a receber e a pagar, possuem incidência de juros de 100% do CDI e remuneração fixa de 4% ao ano, com vencimento em 2025.

(i) Os saldos de mútuos a pagar entre a Sociedade e sua antiga controladora indireta foi inteiramente amortizado durante o exercício de 2024.

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo de contrato

	2024	2023
Saldo inicial	674	4.774
Adições	4.255	3.140
Transferências	(1.249)	(7.240)
Saldo final	<u>3.680</u>	<u>674</u>

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O saldo refere-se à construção da infraestrutura para prestação de serviços de novas redes de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até dezembro de 2025.

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

	Taxa média de amortização (%) a.a.	Custo total 2023	Adições	Transfe- rências	Custo total 2014
Software	20,00	66	-	-	66
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,06	1.409	-	24	1.433
Desenvolvimento de Projetos	3,33	155	-	-	155
Máquinas, aparelhos e equipamentos	13,39	7.463	-	164	7.627
Rede de Água	7,28	20.133	-	777	20.910
Rede de Esgoto	5,86	20.661	-	284	20.945
Total		49.887	-	1.249	51.136
Amortização		(22.034)	(3.380)	-	(25.414)
Total		27.853	(3.380)	1.249	25.722

A Sociedade reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Os bens reversíveis são todos os ativos do sistema de água e esgoto existentes por ocasião da assinatura do referido contrato e aqueles posteriormente implantados para a prestação exclusiva e permanente do serviço de água e esgoto. A Sociedade tem direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados após a data da concessão, vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados, desde que realizados para garantia à continuidade e atualização da prestação dos serviços abrangidos pelo contrato.

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores diversos	2.091	1.654
Total	<u>2.091</u>	<u>1.654</u>

A Sociedade mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

10. Obrigações fiscais

(a) Tributos a recolher

	2024	2023
Corrente		
CSLL a pagar	37	38
PIS a pagar	31	34
COFINS a pagar	143	159
ISS a recolher	3	3
Retenções a terceiros a pagar	40	41
	<u>254</u>	<u>275</u>

(b) Tributos diferidos

	2024	2023
Ativo diferido		
IRPJ diferido	357	383
CSLL diferido	128	138
	<u>485</u>	<u>521</u>
Passivo diferido		
IRPJ diferido	264	269
CSLL diferido	95	97
	<u>359</u>	<u>366</u>
IRPJ e CSLL diferidos líquido	<u>126</u>	<u>155</u>

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre a contabilidade e a tributação, impactando o resultado como despesa fiscal diferida. Os passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos, para diferenças dedutíveis e créditos fiscais, desde que haja expectativa de lucro tributável futuro. Esses ativos são revisados periodicamente e ajustados se sua realização se tornar improvável. São mensurados conforme as alíquotas vigentes na data do balanço e apresentados de forma líquida, desde que relacionados à mesma autoridade fiscal ou com liquidação simultânea entre entidades.

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para perdas com causas judiciais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contingências		
Cíveis	18	-
Total	<u>18</u>	<u>-</u>

A Sociedade da Sociedade adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base em pareceres jurídicos dos representantes legais e em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Sociedade é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R\$ 541 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 150 em 2023).

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Sociedade, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.450, (2023 - R\$ 10.283). Está representado por 10.449.591 cotas (2023 -10.282.820 cotas), com valor nominal de R\$ 1,00.

Em 29 de outubro de 2024, houve o aumento do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 167, mediante a emissão de 166.771 novas cotas, com valor nominal de 1,00 real cada, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 29 de outubro de 2024, a Centro Sul, concluiu a aquisição da totalidade das cotas da MT Saneamento, anteriormente controlada pela Iguá, passando a ser sua controladora direta e, por consequência, controladora indireta de Alta Floresta (Nota Explicativa nº 1).

Segue composição acionária da Sociedade:

	% de participação		Capital social		Quantidade de cotas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
MT Saneamento	100,00	100,00	10.450	10.283	10.449.591	10.282.820

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reservas de lucros

	2024	2023
Reserva de incentivos fiscais	7.231	6.060
Reserva de retenção de lucros	26.836	21.428
Total	<u>34.067</u>	<u>27.488</u>

Reserva de retenção de lucros

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

Reserva de incentivos fiscais

A Sociedade possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelo prazo de 10 anos a contar do ano de 2021.

Em contrapartida, a Sociedade não poderá distribuir aos acionistas, o valor do imposto que deixar de ser pago. O montante dos incentivos é reconhecido no resultado, pelo regime de competência, e mantido em reserva de incentivos fiscais que somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

c) Proposta de destinação do resultado do exercício

	2024
Lucro líquido do exercício	6.579
(-) Reserva de incentivos fiscais	(1.171)
(-) Reserva de retenção de lucros	(5.408)
Saldo	<u>-</u>

d) Lucro por cota do capital social

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	6.579	6.979
Quantidade média ponderada das cotas	10.311.526	10.282.820
Lucro por cota - expresso em Reais	<u>0,64</u>	<u>0,68</u>

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita líquida de serviços

	2024	2023
Água	15.294	15.303
Esgoto	6.910	7.037
Serviços	1.182	1.507
Abatimentos e cancelamentos	(623)	(955)
Impostos sobre serviços	(2.162)	(2.176)
Total	<u>20.601</u>	<u>20.716</u>

14. Gastos por natureza

	2024	2023
Custos e despesas por natureza		
Depreciação e amortização	(3.629)	(3.277)
Pessoal	(3.014)	(3.026)
Outros custos e despesas	(2.247)	(1.649)
Energia elétrica	(2.155)	(2.096)
Serviços de terceiros	(1.663)	(1.533)
Materiais	(1.489)	(1.595)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	61	429
Total	<u>(14.136)</u>	<u>(12.747)</u>
Custo dos serviços prestados	(10.463)	(10.031)
Despesas gerais e administrativas	(3.673)	(2.716)

15. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.363	602
Juros sobre contas a receber de clientes	374	303
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	307	75
Receitas de operações com partes relacionadas	25	-
Descontos obtidos	5	3
Total	<u>2.074</u>	<u>983</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(318)	(282)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(229)	(304)
Juros sobre arrendamento	(14)	(11)
Comissões e despesas bancárias	(14)	(16)
Total	<u>(575)</u>	<u>(613)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.499</u>	<u>370</u>

ÁGUAS ALTA FLORESTA LTDA.

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Corrente		
IRPJ sobre lucro	(1.839)	(1.878)
CSLL sobre lucro	(688)	(708)
IPRJ sobre lucro da exploração	1.171	1.368
	<u>(1.356)</u>	<u>(1.218)</u>
Diferido		
IRPJ diferido	(21)	(115)
CSLL diferido	(8)	(41)
	<u>(29)</u>	<u>(156)</u>
Total IRPJ e CSLL	<u>(1.385)</u>	<u>(1.374)</u>

a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas legais, considerando a compensação de prejuízos fiscais limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é reconhecido no resultado, exceto quando relacionado a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados de forma líquida apenas quando houver direito legal e intenção de compensação simultânea.

b) Subvenções governamentais

A Sociedade possui redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre a contabilidade e a tributação, impactando o resultado como despesa fiscal diferida. Os passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos, para diferenças dedutíveis e créditos fiscais, desde que haja expectativa de lucro tributável futuro. Esses ativos são revisados periodicamente e ajustados se sua realização se tornar improvável. São mensurados conforme as alíquotas vigentes na data do balanço e apresentados de forma líquida, desde que relacionados à mesma autoridade fiscal ou com liquidação simultânea entre entidades. (Nota Explicativa nº 10.b).

17. Gerenciamento de riscos financeiros

17.1. Gestão de Risco Financeiro

A Sociedade está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Sociedade refere-se basicamente ao objeto social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados da Sociedade dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera, sendo que os respectivos contratos de concessão possuem prazo de validade definido, por 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em casos de descumprimentos relevantes, rescindir os contratos de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	2024	2023
Saldo bancário	249	379
Aplicações financeiras	14.103	9.820
Contas a receber	1.910	2.198
	<u>16.262</u>	<u>12.397</u>

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a obrigações financeiras passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos Financeiros		
Saldo bancário	249	379
Aplicações financeiras	14.103	9.820
Passivos Financeiros		
Fornecedores	2.091	1.654
Outras obrigações	633	644

d) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Sociedade.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores	2.091	1.654
Outras obrigações	633	644
	<u>2.724</u>	<u>2.298</u>

Notas explicativas da Sociedade às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Sociedade apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Saldo bancário	249	379
Aplicações financeiras	14.103	9.820
Contas a receber	1.910	2.198
	<u>16.262</u>	<u>12.397</u>
Passivos Financeiros		
Fornecedores	2.091	1.654
Outras obrigações	633	644
	<u>2.724</u>	<u>2.298</u>

18. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Sociedade obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos abaixo:

Tipo de cobertura	2024	
	Valor	Seguradora
Riscos diversos equipamentos	226	Essor Seguros
Garantia da operação	57	Junto Seguros

19. Evento subsequente

Em 10 de abril de 2025, a Sociedade aprovou a distribuição, na forma de dividendos, de parte do saldo de reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 9.504, pagos em moeda corrente à MT Saneamento em 14 de abril de 2025.